



LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

R\$ 3,00
NACIONAL R\$ 5,00
Ano 64 // Nº 18.193

TERESINA, DOMINGO, 4 DE OUTUBRO DE 2015

Análise

TCE remarca para quinta-feira julgamento das contas da Alepi referente a 2011

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) remarcou para a próxima quinta-feira, dia 8, o julgamento das contas da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2011. A análise deveria ter ocorrido no último dia 24 de setembro, mas uma viagem do relator do processo, o conselheiro Aberlado Pio, adiou o julgamento.

O parecer do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí recomenda que o TCE reprove as contas da Alepi e ainda obrigue o presi-

dente da Casa, Themístocles Filho, a devolver aos cofres públicos R\$ 4,3 milhões.

A análise do subprocurador-geral Pinheiro Júnior considera gravíssimas as irregularidades nas contas. Segundo ele, a prestação de contas da Casa não apresenta dados sobre diárias e verba de gabinete e por isso, Pinheiro Jr. pede que a corte determine uma tomada de contas especial para apurar a responsabilidade de cada deputado, com quantificação de danos ao erário e devo-

lução do que foi gasto de forma irregular.

O parecer de Pinheiro avalia como "desrespeito e reincidência às normas legais, a obstrução ao exercício do controle externo, a ofensa a diversos princípios da administração pública, a afronta aos preceitos básicos de gestão fiscal responsável".

Pinheiro Jr. considera as práticas condenáveis e que se "enquadram em atos dolosos de improbidade administrativa e possíveis ilícitos penais". O MPC opina ainda pela apuração dos gastos referentes à

obra referente à reforma e ampliação da Rádio e TV Assembleia, assinatura de prazo para que a Assembleia Legislativa adote as providências do órgão e comunique todas as irregularidades à Procuradoria-Geral de Justiça para que promova ação judicial solicitando o ressarcimento dos gastos ao erário.

O deputado Themístocles Filho (PMDB) ressaltou que somente seu advogado, Norberto Campelo, pode falar sobre o assunto. O DIA não conseguiu localizar o advogado.

(Robert Pedrosa)

Domingo

Teresina, 4 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ PROJETO DE LEI

Governador doa imóvel para novo prédio do TCE

O governador Wellington Dias (PT) encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Piauí doando um terreno do patrimônio do Estado para a construção de um novo prédio do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). De acordo com o projeto, o TCE terá até três anos para executar a construção, sob pena da doação do imóvel ser revertida novamente ao patrimônio do Estado.

O terreno tem uma área de 615 metros quadrados, localizado atrás do Centro Administrativo e ao lado do atual prédio do Tribunal de Contas. "A área será destinada a construção de um novo edifício, que aperfeiçará as condições de funcionamento e a prestação de serviços à população piauiense por parte do Tribunal de Contas do Estado", diz o documento encaminhado à Assembleia, em análise pelas comissões técnicas da Casa. **(LC)**

→ Domingo

TERESINA | ANO XX
04 2015 | Nº 8472

meionorte.com

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

FECHAMENTO

16h
CAPITAL E INTERIOR R\$ 3,00
OUTROS ESTADOS R\$ 3,50

DÓLAR

	Compra	Venda
Comercial	3,945	3,945
Turismo	3,920	4,160

VALORES

Poupança	0,67%
INSS	20%
IR	15%

EURO

	Compra	Venda
	4,406	4,411

TEMPO

Nascente	5h36
Poente	17h45
Máxima	39º
Mínima	22º



DAVID MURTELA

IRREGULARIDADES

- I

● A primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado julgou irregulares as prestações de contas de gestão das prefeituras de Várzea Grande, Campo Alegre de Fidalgo e Matias Olímpio, referentes aos anos de 2012 e 2013. Em Várzea Grande, o balancete foi enviado com 822 dias de atraso com compra de transporte sem licitação e contratação de servidores sem concurso pelo então prefeito Luís Nunes Ribeiro Filho.

IRREGULARIDADES

- II

● O prefeito Pedro Daniel Ribeiro, de Campo Alegre do Fidalgo, entregou ao TCE prestação de contas com divergência na movimentação financeira e manutenção do saldo em caixa, comprou combustível, alugou veículos e contratou bandas sem licitação. Já em Matias Olímpio, o gestor Edísio Maia emitiu cheques sem fundo.



LÍDER EM CREDIBILIDADE.

O DIA

R\$ 2,50
NACIONAL R\$ 4,00
Ano 64 // N° 18.195

6 DE OUTUBRO DE 2015

Delegados

Sindicato protestam contra projeto que cria cargo de coordenador na Segurança

João Magalhães
Repórter

Representantes do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil – Sindepol – se reuniram na manhã de ontem (05) com o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Luciano Nunes, para cobrar ações do órgão em relação ao interesse do Governo do Estado em criar o cargo de coordenador de segurança.

De acordo com Andréa Magalhães, presidente do Sindepol, o ocupante do cargo mexe nas atribuições que pertencem exclusivamente a delegados e pode representar perigo para a

sociedade, tendo em vista que se criado, o cargo comissionado será ocupado por indicação política. “É uma falta de conhecimento jurídico, de preparo, de gestão. Querem usurpar a função de delegado, terceirizar atribuições de delegados é perigoso, porque delegado concursado serve à sociedade, já o indicado vai servir a quem o indicou”, disse a sindicalista.

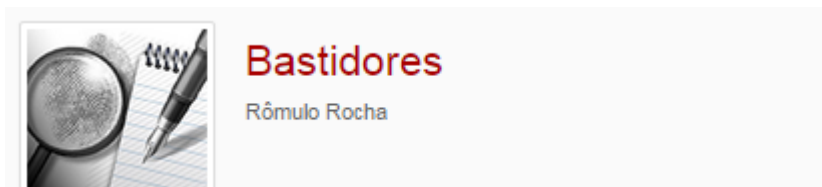
Para Andréa Magalhães, não há amparo legal para criação do cargo com as atribuições anunciadas pelo secretário de Segurança Pública, Fábio Abreu. “O melhor caminho seria investir em segurança

pública contratando delegados que já estão aprovados em concurso público. Querem fazer segurança sem investimentos. Preferem criar anomalias”.

Em contato com o secretário de Segurança Pública, Fábio Abreu, ele rebateu as informações dizendo que a delegada sequer teve acesso ao projeto, por isso, ela não devia ainda tirar conclusões. Ele garantiu ainda que tem consciência do papel de cada função. “Ela não conhece o projeto. Jamais cometeria erros dessa natureza. O que propomos é que em determinada cidade, aquele

agenda da Polícia Militar que ocupa a maior patente seja o coordenador”, disse o secretário.

Ele explicou que em nenhum momento o coordenador vai usurpar atribuições de delegados. “O que ele vai fazer é receber, registrar digitando o que a pessoa naquele momento quer”, diz Fábio Abreu. Ele acrescentou ainda que os coordenadores vão receber um treinamento para ocupar o posto e não sofrerão influências políticas. “É subestimar nossos policiais, dizendo que eles vão servir a interesses políticos”, afirmou que o secretário.



Bastidores

Rômulo Rocha

Pareceres 'Divergentes' - 04/10/2015 às 21h02

TCE diz que denúncias contra a APROJUV são de exercícios diferentes

Curtir 0

Tweet 1

G+1 0

Compartilhar

O Tribunal de Contas do Piauí diz que os pareceres técnicos que avaliam duas denúncias contra a APROJUV no âmbito do órgão são referentes a períodos diferentes.

Um refere-se a 2013 e o outro a 2015, portanto, eles não seriam conflitantes, como assinalou nota publicada pelo **Blog Bastidores** - [Ver Nota](#).

“Em ambos, há apenas um ponto em comum, o que versa sobre indícios de favorecimento familiar entre os fundadores da APROJUV e o coordenador da COJUV, subordinada à SEDUC”, diz nota.

“A DFAE emitiu dois relatórios diferentes para exercícios e atribuições de responsabilidade diferentes”, enfatiza.

“Não é descartado porém, a análise dos fatos quando da análise da prestação de contas”, afirmam.

Os processos estão com os respectivos relatores, que são Waltânia Alvarenga e Lillian Martins.

Repórter: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha